



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS
ATA DA REUNIÃO PÚBLICA EM ATENDIMENTO AO
REQUERIMENTO Nº 117/2024

Ata da Reunião Pública em atendimento ao Requerimento nº 117/2024, realizada dia 08 (oito) de abril de 2024, nesta cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, no Palácio do Legislativo Municipal, sob a Presidência do Vereador Pedro Américo de Almeida, às 14:30 horas, com a presença dos seguintes compondo os trabalhos: Janice Batista de Oliveira e Lysiane de Andrade Neto Amorim, representantes da Secretaria Municipal de Saúde; Dr. Jorcelino de Oliveira, representante da Procuradoria Geral do Município; Dr. Luiz Ricardo Martins Ribeiro, Provedor do Hospital e Maternidade São José; Dra. Silvana Mourão Oliveira, representante da Clínica Santo Antônio de Doenças Renais; Regiane Rose do Carmo Albuquerque, Administradora do Hospital e Maternidade São José; Sr. Filipe Magno, representante financeiro do Hospital e Maternidade São José e da Clínica Santo Antônio de Doenças Renais e Sr. Thiago Augusto Fernandes, assessor do Deputado Federal Padre João. Compuseram a mesa os Veradores Pedro Américo de Almeida, João Paulo Fernandes Resende e André Luís de Menezes. O Presidente Vereador Pedro Américo de Almeida iniciou os trabalhos informando sobre o tema da reunião, esclarecendo tratar-se da discussão acerca do atendimento de hemodiálise no Município de Conselheiro Lafaiete. Em seguida, passou-se a apresentação dos presentes. Abertos os trabalhos, passou-se aos debates. O senhor Luiz Ricardo discorreu sobre o tema e informou que foi solicitado que se resolvesse a questão de verba para o Hospital e Maternidade São José, tecendo comentários sobre a situação financeira do mesmo. A seguir, o Vereador João Paulo disse que foi feito um acordo entre o Município e a Maternidade, que foi concedida uma liminar judicial recentemente para que fosse repassado os recursos do Município para a Maternidade, que é necessária a parceria do Município e o fortalecimento do serviço junto à Maternidade Hospital São José, que coloca-se à disposição da Maternidade para fortalecer e ajudar o hospital. O sr. Luiz Ricardo, ao tomar a

[Handwritten signatures in blue ink]

1



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS
ATA DA REUNIÃO PÚBLICA EM ATENDIMENTO AO
REQUERIMENTO Nº 117/2024

palavra, argumentou que deve se chamar os prefeitos das cidades menores ao redor a fim de se realizar um acordo, que deve ser ajustado para dar uma maior atenção aos usuários do serviço. A seguir, o Vereador João Paulo leu alguns relatos de pacientes acerca da situação atual dos serviços de hemodiálise, fazendo referência aos problemas enfrentados e à situação precária vivenciada por eles. A seguir, o sr. Luiz Ricardo mencionou que são disponibilizados vários tipos de lanches aos pacientes, como café, pão, biscoitos, entre outros, e que algumas cadeiras já foram consertadas, que o posto de enfermagem passou por vistoria e foi aprovado, que vários dos questionamentos serão respondido oficialmente por escrito. A seguir, a Sra. Janice informou que Maternidade procurou a Secretaria de Saúde para que fosse feito um repasse financeiro diretamente para a Maternidade, foi feita uma reunião, com relação aos pagamentos foram feitos para a Clínica Santo Antônio, que é a clínica habilitada, que o que está faltando para a habilitação da Maternidade é a sala adequada. A seguir, a dra. Silvana – representante da Clínica Santo Antônio - informou que em momento algum foi contra a transferência desse dinheiro, que há uma planilha para explicações, bem como demonstrações com notas fiscais para comprovação, que desde janeiro do ano passado estava querendo que alguém de maior porte assumisse os serviços. A seguir, o dr. Luiz Ricardo informou que no acordo feito com a Secretaria de Saúde, ficou acordado plantões de doze horas durante o dia, e à noite, sobre aviso, por conta da Secretaria de Saúde, que foram mantidos os funcionários para que não houvesse interrupção do serviço de hemodiálise. A seguir, a dra. Silvana informou que a quantificação de pessoal por paciente é cumprida. A seguir, o dr. Jorcelino – procurador do Município – teceu algumas considerações voltadas para o aspecto jurídico, no sentido de que existe uma relação há muito tempo entre a Clínica Santo Antônio e a Maternidade, que tomou conhecimento desta relação no dia

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS
ATA DA REUNIÃO PÚBLICA EM ATENDIMENTO AO
REQUERIMENTO Nº 117/2024

04 de dezembro do ano passado, em que percebeu que havia algumas situações que demandavam atenção, que ficou decidido em reunião que seria dado um prazo para duas alternativas: esse prazo foi pactuado até 15 de janeiro, que a clínica e a Maternidade entraram em acordo para o repasse de dinheiro e a segunda alternativa seria uma ação judicial, pois para prestar o serviço de hemodiálise é necessário ter um credenciamento junto ao Ministério da Saúde, que o hospital Maternidade não possuía e ainda não possui esse credenciamento, somente a clínica possui; que o Município repassava o dinheiro para a clínica pois era esta que mantinha o credenciamento, que houve uma sugestão para que o Município realizasse uma intervenção administrativa na clínica e não mais uma ação judicial; que tinha conhecimento de que a clínica recebia dinheiro do Município e que a mesma havia feito dois repasses financeiros para a Maternidade, que não tinha conhecimento das demais obrigações da clínica; sendo assim, deu entrada em uma liminar para que o judiciário permitisse que o Município tratasse diretamente com o hospital Maternidade, que o fato preponderante do juízo foi de que a Maternidade já tinha assumido plenamente o serviço de hemodiálise em primeiro de setembro do ano passado e que já havia tido dois repasses para a Maternidade; o pedido liminar foi para a rescisão do contrato com a Clínica e que a Maternidade mantivesse o serviço de hemodiálise; a ação judicial continua em trâmite, o hospital Maternidade não se manifestou na ação civil pública. A seguir, o Vereador Pedro passou a palavra a quem quisesse falar. Sendo assim, a jornalista Gina, que estava na plateia, tomou a palavra e disse que sua filha faz hemodiálise, que tem o maior respeito por toda a equipe de saúde, mas que recebe muitas reclamações. A seguir, a jornalista leu uma reclamação de um usuário. Ainda questionou sobre a falta de medicação para os pacientes. A dra. Silvana informou que as medicações, infelizmente, independe da clínica e que não sabe dizer se estão em falta. A



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS
ATA DA REUNIÃO PÚBLICA EM ATENDIMENTO AO
REQUERIMENTO Nº 117/2024

jornalista ainda solicitou que seja checada a situação do preenchimento de formulários. A seguir, o sr. Philipe Magno tomou a palavra e discorreu sobre a situação dos medicamentos e dos atrasos dos processos, que foi proposto um plano de ação para evitar o atraso na entrega de medicamentos. A seguir, o Vereador Pedro leu mais uma reclamação de outro usuário. A seguir, a dra. Silvana informou que há um limite de atendimento ambulatorial, que a clínica não possui recursos e nem pessoal para aumentar o limite. A seguir, a sra. Janice informou que a solução sugerida pela Secretaria de Saúde é de que fosse aberto um terceiro turno. A seguir, o dr. Luiz Ricardo disse que tem sido feito todo esforço para ampliar o atendimento, mas que a abertura de um terceiro turno deve ser muito bem estudada; que a demanda no hospital é muito alta também em outros setores. O Vereador Pedro perguntou quantas pessoas estão esperando para fazer a hemodiálise. A dra. Silvana respondeu que ninguém está ficando desassistido. O Vereador Pedro perguntou o que pode ser feito para melhorar a situação. O dr. Luiz Ricardo respondeu que há a necessidade de um ambulatório de nefrologia no município e a dra. Silvana falou sobre a necessidade de equipe multidisciplinar. O Vereador André falou rapidamente sobre o tema da reunião e perguntou quantos pacientes são atendidos. A dra. Silvana respondeu que em torno de 40% dos pacientes são de outros municípios e que 60% dos pacientes são de Conselheiro Lafaiete, que há um limite de 35 atendimentos por turno, que a clínica funciona de 06:00 às 21:00 horas, que há um projeto para aumentar o número de pontos de atendimento. O dr. Luiz disse que está em negociação para aquisição de novas máquinas, mas que as mais antigas terão que parar; que o preço de cada máquina é em torno de 84 mil reais; que não existe local próprio para pacientes com hepatite B. O Vereador André ressaltou que o MP solicitou que fossem feitas algumas ações, as quais foram feitas. A seguir, o sr. Thiago Augusto, assessor do Deputado Federal Padre João, esclareceu que tem buscado



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA EM ATENDIMENTO AO

REQUERIMENTO Nº 117/2024

contribuir com todo esse processo, que ficou sabendo através da imprensa sobre a possibilidade do encerramento dos serviços de hemodiálise no município, que entrou em contato com a clínica, mas que não conseguiria destinar recursos de emenda parlamentar diretamente à clínica, por ser esta particular; que o Hospital Maternidade São José se prontificou a exercer o serviço, mas que não sabia da real situação, que havia uma defasagem na tabela do SUS de forma que os recursos que eram repassados pelos SUS não custeavam os procedimentos de hemodiálise em sua integralidade, que buscou entender um pouco mais sobre o que estava acontecendo, que a situação econômica é complicada para a manutenção dos serviços, que no ano passado se reuniu juntamente com o hospital e a Secretaria de Saúde e que houve tratativas para conseguir verbas para a compensação dos valores repassados pelo SUS, que conseguiu verba no importe de 1 milhão de reais em emendas individuais para os serviços de hemodiálise e que conseguiu mais 1 milhão de reais junto ao Governo Federal, o qual está aguardando para ser liberado para o fundo municipal e para ser transferido para o hospital, que esse foi o compromisso assumido, que sabe da importância dos serviços, que a diretora da clínica entrou em contato para tentar resolver a situação o mais rápido possível, que nenhuma transição é simples, mas que esse processo já está muito desgastado e demorado, que entende que muitas dessas reclamações se originam da demora desse processo e por falta do credenciamento do hospital, que todos os municípios devem estar comprometidos e, por fim, discorreu sobre a situação do hospital e reiterou que deve ser resolvida a questão do seu credenciamento, bem como sugeriu a criação de um canal para recebimento de reclamações. O dr. Jorcelino argumentou que o fato apresentado pelo dr. Luiz no tocante à aquisição de insumos pode ser resolvida nos autos do processo em curso, que o setor jurídico do hospital deve fazer a manifestação no processo. A sra. Lysiane informou que o hospital



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA EM ATENDIMENTO AO

REQUERIMENTO Nº 117/2024

Maternidade só consegue se credenciar quando a clínica fizer o seu descredenciamento, que o Município se comprometeu a ajudar e que o que falta agora é só a questão da sala amarela para resolver e poder concluir a questão do credenciamento. O dr. Luiz disse que em reunião com o Município constou que a clínica Santo Antônio seria descredenciada. A Vereadora Damires Rinarlly passou a ocupar a mesa e tomou a palavra indagando sobre o credenciamento. Em resposta, a dra. Silvana disse que a clínica não será descredenciada enquanto não houver outro credenciado, que o impasse está nisso, que a clínica quer ser descredenciada e que o hospital quer ser credenciado, mas que a situação não se resolve. A Vereadora Damires indagou se a única pendência é a sala amarela para a concretização do credenciamento. A sra. Lysiane informou que o hospital a ser credenciado deve oferecer o serviço da sala especial, mas que pode ser feita uma parceria com o município. O dr. Luiz convidou os senhores vereadores a irem conhecer pessoalmente o serviço. O sr. Thiago sugeriu a estipulação de prazos e apresentou soluções para o problema: tendo em vista que a Secretaria de Saúde já se dispôs a ajudar para referendar uma clínica para oferecimento da sala amarela, deve ser estipulado um prazo para isso; o outro ponto é dar publicidade ao canal para envio de sugestões e reclamações; que deve ser pensada uma Casa de Acolhida para os pacientes, a exemplo do que ocorre com os paciente em tratamento oncológico; pensar na criação de uma fundação para essa finalidade específica de manter uma Casa de Acolhida para os pacientes e seus familiares, notadamente para ajudar os pacientes que vêm de outros municípios. A Vereadora Damires sugeriu que a Secretaria de Saúde informe à Câmara sobre o andamento da questão do credenciamento e do oferecimento da sala amarela; que seja enviado um Ofício em nome da Câmara para a Secretaria de Estado de Saúde indagando sobre a exigência do oferecimento da sala amarela para que o Hospital Maternidade possa ser credenciado e prestar os



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS
ATA DA REUNIÃO PÚBLICA EM ATENDIMENTO AO
REQUERIMENTO Nº 117/2024

serviços de hemodiálise. A sra. Lysiane informou que em Barbacena (Pró Renal) e São João Del Rei (Renal Clin), as clínicas prestam os serviços de hemodiálise sem a necessidade de terem essa sala amarela. A dra. Silvana explicou que os novos credenciamentos estão sendo obrigados a disponibilizar a sala amarela. Em seguida o Senhor Presidente agradeceu todos os presentes e declarou encerrada a Reunião. Para constar, foi lavrada a presente Ata que, após ser lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

[Handwritten signatures in blue ink]

[Signature] *[Signature]* *[Signature]*
[Signature] *[Signature]* *[Signature]*
[Signature] *[Signature]*